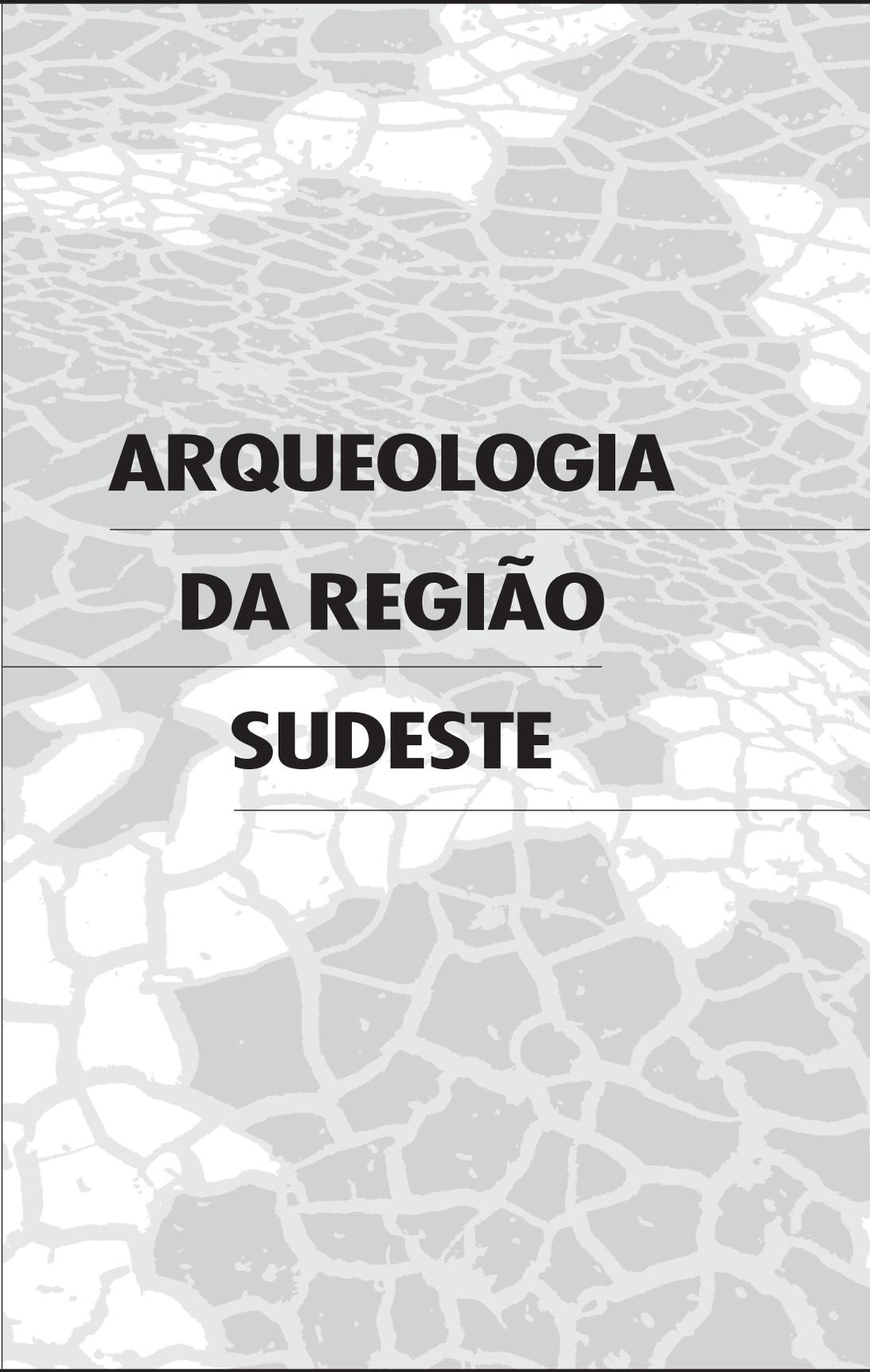


JOSÉ LUIZ DE MORAIS



ARQUEOLOGIA

DA REGIÃO

SUDESTE

JOSÉ LUIS DE MORAIS
Museu de Arqueologia
e Etnologia
Universidade de São Paulo
E-mail:
jlmorais@uol.com.br



E escrever sobre a arqueologia das regiões brasileiras, especialmente a da Região Sudeste, é uma tarefa ingrata por vários motivos. Um deles é que o recorte regional oficialmente estabelecido está longe de contemplar uma possível homogeneidade ambiental físico-biótica e socioeconômica, pertinente ao que seria uma regionalização *de facto*. Neste caso, os limites convencionais da região cercam um conteúdo que me parece um “ornitorrinco geográfico”. Outro motivo é que construir sínteses regionais será, sempre, postura eivada de conotações particulares, muito presas à visão do autor que ouse empreender tal tarefa. Assim, ao sabor de tais características (tentando bem digeri-las ou, melhor, adequando-as às prerrogativas que permeiam minha ousadia), proponho não simplesmente elencar as iniciativas que desenharam o estado d’arte da investigação arqueológica regional: por meio de um texto que, espero, ágil e sucinto, enfatizarei, antes de tudo, problemas e questões relativas à práxis arqueológica e ao povoamento regional nos limites do recorte oficialmente estabelecido, centradas nas especificidades da disciplina em epígrafe. Isso talvez confira à última parte desta colaboração um caráter de maior importância. Certamente, sempre que possível, situações e casos correntes na literatura arqueológica regional irão alavancar pressupostos ou posturas ventiladas. Assim, não espere o leitor elucubrações profundas a respeito da arqueologia da Região Sudeste. Há trabalhos já publicados, dentre os quais destaco o de Prous (1991) ou de Beltrão (1978), que poderiam melhor espelhar uma visão sucinta de projetos ou do estado d’arte da arqueologia regional.

Convém pontuar que a estrutura da publicação em que esta contribuição se encaixa houve por bem outorgar identidade própria à faixa litorânea da Região Sudeste, destacando-a para formar um compartimento único envolvendo a faixa litorânea da Região Sul. À primeira vista, tal postura pode parecer claudicante. Todavia, ela ganha sentido quando se percebe que a intenção foi salientar os importantes episódios que resultaram na formação dos *sambaquis* do litoral meridional brasileiro (balizado pelo Cabo de São Tomé, RJ, e pela foz do Arroio Chuí, RS). Assim, evitarei ao máximo, por motivos óbvios, menções à dispersão do povoamento pré-colonial pela faixa litorânea da Região Sudeste.

ENTENDENDO A PAISAGEM REGIONAL: ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO AMBIENTAL

Uma postura crítica relativa ao desenho regional do país deve vir acompanhada de justificativas palpáveis embasadas nas divergências de ordem ambiental que, por ironia, acabaram por dar certa identidade, até certo ponto plausível, àquilo que é conhecido por Sudeste. E o viés arqueológico acaba por acentuar as críticas a este desenho: de fato, sob o enfoque do povoamento pré-colonial, evidencia-se ainda mais a fragilidade do contorno territorial do espaço geográfico da região. Trazendo o que foi afirmado anteriormente, só será possível entender a Região Sudeste pelas transições que se fazem presentes no ambiente físico-biótico e nas desigualdades relativas ao meio ambiente socioeconômico, da Pré-História aos dias de hoje. E o aparato que compõe o acervo científico correlato à práxis arqueológica bem demonstrará tal diversidade (aliás uma diversidade que poderá ser estendida à própria práxis).

A Região Sudeste do Brasil é composta por quatro estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Sua

posição astronômica abrange latitudes que vão desde, aproximadamente, 14° S até 25° S. Associada ao relevo, esta posição astronômica responsabiliza-se pela maior parte das características que tornam o Sudeste uma região de transição ambiental. E a geografia física coloca, com propriedade, as grandes unidades ambientais que caracterizam este espaço do subcontinente, como apresentarei adiante, pontuando minha abordagem no relevo e nas condições climáticas e fitogeográficas. Antes, porém, quero deixar claro que, ao colocar as características ambientais regionais, não estou ensaiando uma abordagem geoarqueológica ou interdisciplinar, como em um trabalho acadêmico. Estou, sim, transitando pelas divergências anteriormente mencionadas como cenário de uma tentativa de organização territorial aplicada à disciplina.

O RELEVO COMO CONDICIONANTE DE APROPRIAÇÃO TERRITORIAL

No Sudeste, o recorte entre ambientes litorâneos e interiores difere bastante no sentido norte-sul. Ao norte do Rio Doce, no estado do Espírito Santo, a planície costeira é bastante larga (reflexo da interiorização da Formação Barreiras, composta por arenitos) e o acesso às terras mais elevadas do planalto se faz gradativamente, por meio de uma sucessão de patamares modelados nos terrenos cristalinos (IBGE 1977). Na porção centro-meridional a situação muda drasticamente pela presença da Serra do Mar: a transição é brusca e a escarpa vez por outra vem diretamente ao oceano ou, quando recua, deixa um colar de pequenas planícies litorâneas limitadas por esporões.

Um pouco diferente é a situação no extremo sul da região, onde o curso médio-inferior do Rio Ribeira, no estado de São Paulo, percorre largo trecho de planície litorânea. Aí, a Serra de Paranapiacaba (nome regional da Serra do Mar) afasta-se para o interior, possibilitando o desenvolvimento

do complexo estuarino-lagunar do eixo Iguape-Cananéia-Paranaguá, nos limites com a Região Sul.

Os grandes domínios morfoestruturais do interior da Região Sudeste podem ser caracterizados pela presença de dois conjuntos distintos: os terrenos cristalinos da fachada oriental, com superfícies modeladas em rochas do complexo arqueozóico-proterozóico e os chapadões sedimentares de idade paleozóica e mesozóica (Cunha e Guerra 1998). No primeiro caso, destacam-se, dentre outras, unidades menores como os bordos orientais do embasamento cristalino, conhecidos como Serra do Mar e Serra da Mantiqueira (esta, na realidade, um segundo degrau do Planalto Oriental Brasileiro). Melhor descrição desta morfologia colocaria a Serra do Mar como o degrau do Planalto Atlântico, que se desenvolve principalmente em território paulista, e a Serra da Mantiqueira como degrau do Planalto Sul-Mineiro.

Encaixadas em fundos de depressões tectônicas, existem algumas bacias sedimentares, como a do Paraíba do Sul e a de São Paulo. Mais para o norte da região, em território mineiro, marcam presença altas superfícies modeladas em rochas proterozóicas. São deste compartimento os terrenos que funcionam como divisores entre a bacia do Rio São Francisco e os rios que drenam diretamente para o Atlântico.

Os relevos modelados em rochas sedimentares, presentes no território do Sudeste, pertencem a duas unidades distintas: a Bacia Sedimentar do Paraná e a Bacia Sedimentar do São Francisco. A Depressão Periférica e o Planalto Ocidental Paulista, subunidades da primeira, apresentam testemunhos de um dos grandes episódios vulcânicos que afetou o planeta, na Era Mesozóica (cerca de 130 milhões de anos atrás). No alto São Francisco, as rochas possuem estrutura complexa, desde aquelas intensamente granitizadas, até pacotes sedimentares.

A vertente oeste da bacia hidrográfica do São Francisco integra-se inteiramente no Planalto Central Brasileiro e sua nota característica é a forma de relevo conheci-

da por “chapada”. De fato, na zona dos chapadões, o relevo apresenta aspecto tabular, em função da constituição geológica dos arenitos de idade cretácea.

OS FATORES CLIMÁTICOS E FITOGEOGRÁFICOS

Além dos efeitos da latitude, a topografia acidentada e o sopro contínuo dos ventos alísios condicionam a distribuição dos climas regionais. Importantíssimo é o fato de a região estar na faixa de latitude onde mais frequentemente se verifica o choque entre os sistemas de altas tropicais e de altas polares, que se dá em equilíbrio dinâmico (IBGE 1977). Todas estas características marcam definitivamente o caráter transicional do clima regional expresso, principalmente, no seu regime térmico. O quadro climático abrange os seguintes domínios:

- *Quente* (noroeste paulista; Triângulo Mineiro; região do São Francisco, a partir do Reservatório de Três Marias; vertentes das bacias atlânticas de Minas e Espírito Santo e litoral do Rio de Janeiro).

- *Subquente* (interior paulista e Planalto Mineiro).

- *Mesotérmico* (trechos serranos de São Paulo e Minas Gerais).

A pluviosidade se encarrega de completar o quadro das diferenças. Assim, será possível discriminar peculiaridades no âmbito dos domínios climáticos. Neste caso, dentro do domínio clima quente, haveriam de ser separados o noroeste paulista, o Triângulo Mineiro e a região do São Francisco, com características de clima Aw (quente, com duas estações – seca e úmida – bem definidas), das vertentes das bacias atlânticas mineiras, capixabas e fluminenses, com características de clima Af (quente, com chuvas melhor distribuídas no decorrer do ano).

Afetando o mecanismo atmosférico que atua na região, o relevo determina uma série de variedades, caracterizando o Sudeste como aquela região brasileira que possui

maior diversidade climática. Esta notável diversificação vem desempenhando papel muito importante na distribuição do povoamento regional, desde a Pré-História.

A vegetação do Sudeste é variada, indo desde as formações típicas do semi-árido, no norte do estado de Minas Gerais, até aquelas caracterizadas pelas condições de superumidade, como no litoral do estado de São Paulo. A qualidade do solo e o relevo (notadamente as escarpas de serra) exercem papel importante na distribuição da flora. Apesar da densidade de ocupação e do nível de desenvolvimento econômico da região, há algumas faixas, especialmente nas regiões serranas, cuja vegetação ainda permanece no seu estado nativo, como é o caso da Serra do Mar.

Grosso modo, as unidades fitogeográficas regionais se sucedem em extensas faixas, do Atlântico para o interior. Ultrapassada a faixa de vegetação tipicamente litorânea, estende-se o domínio da *floresta ombrófila densa* que, no extremo meridional, compete com as expressões mais setentrionais da *floresta ombrófila mista* (a Mata das Araucárias, cuja área nuclear está na Região Sul). A *floresta estacional semidecidual* compõe faixa contígua, respingada por manchas de *cerrado*, cuja faixa se desenvolve plenamente na metade noroeste da região. No extremo centro-norte marca sua presença a manifestação mais meridional da caatinga, cuja área nuclear está na Região Nordeste.

A oferta deste *background* relativo aos principais aspectos do meio físico-biótico do Sudeste não teve o propósito de fomentar questões ou afirmações ligadas à distribuição do povoamento pré-colonial nos seus limites. Sua apresentação objetivou, outrossim, o vislumbre da plataforma ambiental que justifica as afirmações ligadas à artificialidade do seu contorno.

Assim, à vista das condicionantes naturais, que sempre tiveram muito a ver com as formas, mudanças e adaptações das sociedades antigas, o Sudeste pré-colonial poderia muito bem ser repartido entre as regiões que lhe são limítrofes (Figura 1). De fato, a consolidação da investigação regio-

nal tem trazido novas e importantes questões em torno da dispersão do povoamento indígena. Por exemplo, não há como negar a melhor integração das coisas da arqueologia paulista com a dos estados da Região Sul. Ou a necessidade de prover melhor identidade para o território que envolve a arqueologia do Planalto Central Brasileiro, que anexaria toda a vertente ocidental do São Francisco, convencionalmente na Região Sudeste. Sem contar com a identidade própria atribuída ao litoral que, somado ao da Região Sul, formaria um compartimento homogêneo, pelo menos no sentido da dispersão das populações sambaquieiras.

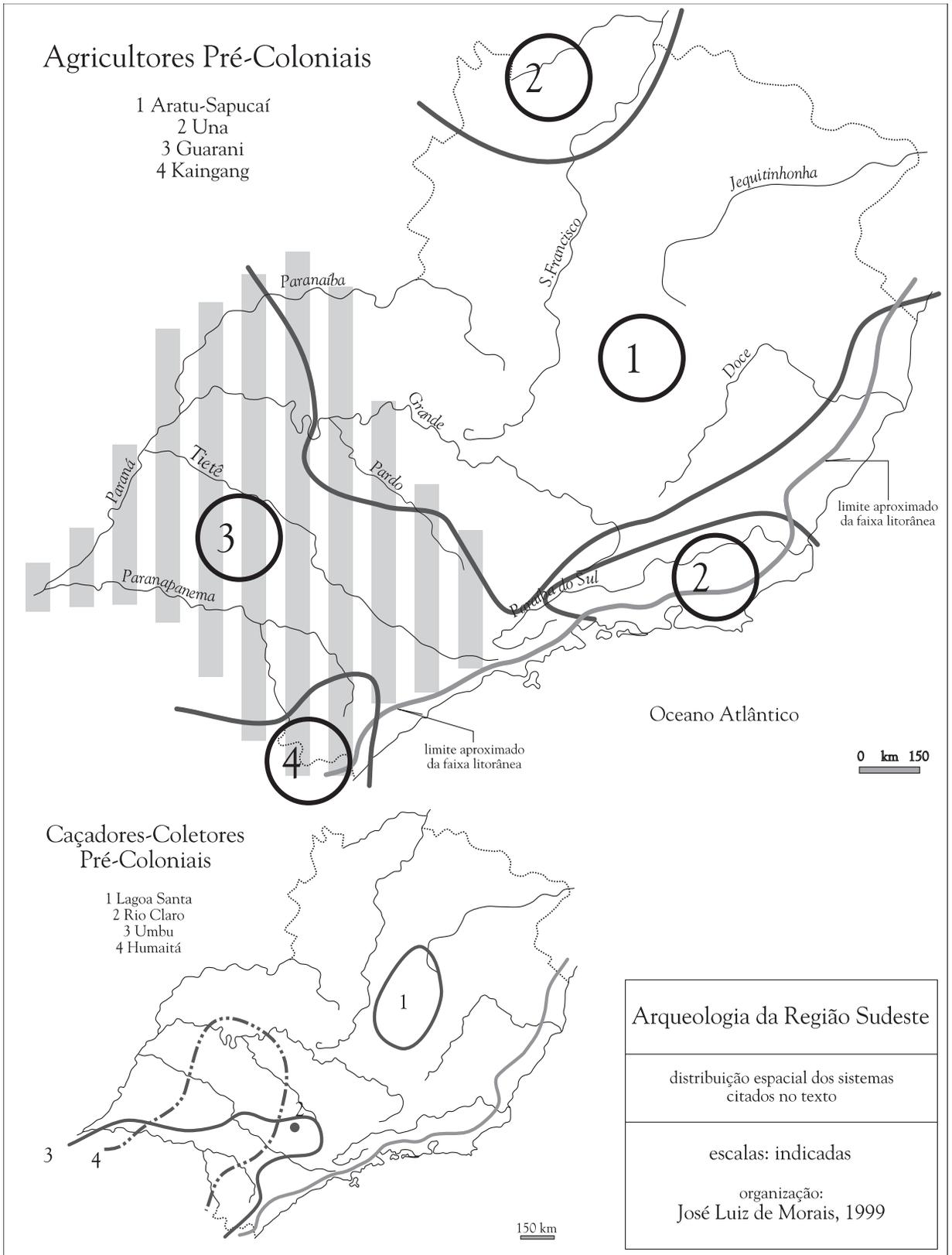
ARQUEOLOGIA REGIONAL: UM PANORAMA COMPLEXO

Não seria o caso de abordar aspectos históricos da investigação arqueológica feita na Região Sudeste: a eficácia da compreensão só se faria presente se tal abordagem fosse feita considerando os aspectos nacionais como um todo.

De qualquer maneira, começo por destacar a precoce atuação regional do Pronapa (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), mais popular no Rio de Janeiro e no Espírito Santo (em São Paulo e Minas Gerais, esta presença, menor, fez-se mais pela ação de instituições externas aos estados). Hoje muito criticado pela geração mais jovem, acabou por “diagnosticar” várias fases culturais componentes de tradições arqueológicas regionais ou de abrangência mais ampla. Nos estados citados, tanto no litoral como no interior, ações promovidas pelo IAB (Instituto de Arqueologia Brasileira), com sede no Rio de Janeiro, acabaram por compor um quadro de fases ainda hoje bastante populares. Salvo melhor juízo, o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro houve por bem não percorrer tal caminho (Kneip 1977).

No meu entendimento, a influência da “escola” francesa foi marcante no meio acadêmico regional, principalmente na

FIGURA 1
ARRANJO GERAL DOS SISTEMAS REGIONAIS DE POVOAMENTO



Universidade de São Paulo (as pesquisas coordenadas por Luciana Pallestrini são, talvez, o melhor exemplo). Em Minas Gerais, a região de Lagoa Santa é um caso à parte: desde os primeiros achados feitos por Lund, o local ganhou destaque como a mais importante estação arqueológica do país. Além de algumas incursões de equipes mistas brasileiro-americanas, lá se fez sentir a ação direta de Mme. Annette Emperaire, cujo trabalho foi bruscamente interrompido pela sua morte repentina, em 1976. Com a ausência de Mme. Emperaire, a arqueologia mineira descentralizou sua atuação: a universidade, utilizando a plataforma adquirida na parceria com a missão franco-brasileira, acabou por associar-se à Universidade de Alberta (Canadá). Para a região de Lagoa Santa e da Serra do Cipó foram relevantes as pesquisas em tecnologia lítica realizadas por Prous e sua equipe.

Hoje, a Universidade Federal de Minas Gerais está concluindo um relatório final correspondente a vinte anos de pesquisas na bacia do São Francisco médio-superior (regiões de Peruaçu e Montalvânia). Estão previstas a elaboração de monografias sobre os sítios arqueológicos, análises de artefatos, restos alimentares. Abordagens ligadas à paleobotânica e arte rupestre, dentre outras atividades, também estão sendo encaminhadas. Vários pesquisadores encontram-se envolvidos em pesquisas arqueológicas por contrato. Tecnologia pré-histórica e arte rupestre são as duas principais linhas de pesquisa em desenvolvimento na UFMG, segundo André Prous (comunicação pessoal 1999).

A Universidade de São Paulo também se faz presente em parte do território mineiro, principalmente no Triângulo, por meio de projetos regionais de inspiração francesa, responsáveis pelo levantamento de aldeias guaranis pré-coloniais na margem esquerda do Rio Paranaíba (Alves et al. 1999).

Ao que parece há, hoje, carência quase absoluta de pesquisas arqueológicas no estado do Espírito Santo. Após as investi-

gações levadas a efeito por Celso Perota, então da Universidade Federal do Espírito Santo, e alguns outros pesquisadores, quando foram identificadas algumas fases culturais ao estilo Pronapa, os levantamentos adentraram estado letárgico. Apesar da exigüidade de informações a respeito da arqueologia do Espírito Santo, há elucubrações interessantes, como a sintomática existência de pontas de lança no interior do estado, cuja tipologia, segundo Beltrão (1974), estaria claramente vinculada a outras pontas encontradas no interior de São Paulo (entenda-se a região de Rio Claro). Todavia, tal assunto carece de maior aprofundamento, a partir do melhor entendimento dos sistemas regionais de assentamentos de caçadores-coletores.

Minha impressão “geopolítica” a respeito da arqueologia do Rio de Janeiro (e, mesmo, do Espírito Santo) é que ela é freqüentemente entendida como uma arqueologia tipicamente “litorânea”, funcionando como contrapeso à arqueologia mineira, tipicamente “de interior”. Isso porque permeia nas entrelinhas da literatura arqueológica corrente uma forte ligação entre as arqueologias dos três estados: aparentemente, Rio de Janeiro e Espírito Santo funcionam como “compartimentos litorâneos” de Minas Gerais e este como “compartimento interiorano” dos dois primeiros. Na minha opinião, isso coloca o fulcro das preocupações arqueológicas capixabas e fluminenses (pelo menos no nível das instituições) muito mais afeito às coisas do litoral que à arqueologia do interior, esta, sim, com seu foco nuclear nas alturas do Planalto Mineiro. Uma boa síntese da Pré-História do Rio de Janeiro pode ser encontrada em Gaspar (1997).

No estado de São Paulo, o grosso do volume das investigações arqueológicas tem ficado a cargo da Universidade de São Paulo (a Unesp, por meio de seu *campus* de Presidente Prudente, vem ganhando corpo nesta atividade, nos últimos dez anos). Grandes projetos institucionais abrangendo segmentos das bacias hidrográficas estão implantados há mais de três décadas (Morais 1999). Os resulta-

dos até agora obtidos, como frisei anteriormente, indicam forte relação da arqueologia paulista com as “tradições” pré-cerâmicas e cerâmicas do Brasil meridional. Também é muito forte, no estado, a tendência de se colocar as coisas relativas à arqueologia sob o viés patrimonial (isto é, como herança cultural das comunidades do passado), inseridas na problemática ambiental (a arqueologia enquadra-se prontamente no meio ambiente socioeconômico e cultural). Esta visão deve-se, certamente, às prerrogativas estabelecidas pelos projetos e profissionais que atuam sob a égide da chamada “arqueologia de contrato” (mais apropriadamente uma “arqueologia por contrato de prestação de serviços”).

Não há de se esquecer que a crescente homogeneidade da qual se investe a arqueologia paulista deve-se, primordialmente, à reunião dos programas e profissionais em uma única instituição, que é o Museu de Arqueologia e Etnologia, e que sua vocação de “fazer escola” prende-se à presença, na USP, do único curso de pós-graduação de Arqueologia *stricto sensu* do país.

Além da Unesp, *campus* de Presidente Prudente, o Núcleo de Arqueologia Braz Cubas, sob a coordenação de Margarida Davina Andreatta, vem se destacando como centro emergente em arqueologia histórica. O mesmo poderá ser dito com relação ao Laboratório de Arqueologia da Unisantos, sob a tutela de Eliete P. B. Maximino.

Assim como ocorre em outras regiões brasileiras, popularizam-se na Região Sudeste os projetos de resgate do patrimônio arqueológico em áreas impactadas por empreendimentos potencialmente lesivos ao meio ambiente. Nessa vertente, destacam-se as situações em território paulista, que vão desde a duplicação de rodovias até a implantação de grandes reservatórios de hidrelétricas, passando por projetos de urbanização. Não é, portanto, de se estranhar, que os maiores escritórios de arqueologia que prestam serviços mediante contrato estão sediados em São Paulo.

INTRODUÇÃO À SÍNTESE DOS SISTEMAS REGIONAIS DE POVOAMENTO

O pensamento pronapiano relativo a “fases” e “tradições” arqueológicas indica que estes conceitos são considerados “unidades arqueológicas artificiais”, que não podem ser confundidas com culturas, considerando que, na maioria dos sítios arqueológicos (principalmente os pré-cerâmicos), as condições ambientais reduziram os elementos da cultura material a raros vestígios (Kern 1981). Na minha opinião, esse pensamento é válido nos estreitos limites de uma modesta arqueografia *per se*. Explico: a idéia de “fase” e “tradição” apóia-se em objetos e, vez por outra, em algumas características físicas do registro arqueológico, como chamou a atenção Caldarelli (1983). Ora, os objetos são meios e, na minha opinião, geram classificações aplicáveis a eles próprios. Então, fica difícil transpor a idéia de uma “unidade arqueológica artificial”, gerada a partir do artifício de uma seriação, para algo complexo e muito “humano”, que é um sistema de povoamento ou de ocupação de um território.

A partir dessa premissa, assumo a não-utilização dos termos “fase” e “tradição” arqueológica, posto que evitados de um artificialismo classificatório de todo incompatível com uma disciplina que busca, dentre outros propósitos, levantar e analisar o cotidiano das comunidades do passado. Certamente, a arqueografia que inventou (e denominou) “fases” e “tradições” arqueológicas acabou por distinguir características peculiares em conjuntos de materiais arqueológicos, e isso é aparentemente louvável. Mas não deve parar aí.

Quisera eu que a chamada “Tradição Umbu” tivesse sido definida não pela presença de um “traço-diagnóstico”, um utensílio típico, a ponta-de-projétil (quase um fóssil-guia), mas pela cadeia operatória que o produziu, plenamente inserida nas suas condicionantes sociais e ambientais. Se

existe algo chamado “Umbu”, “Humaitá” ou “Itararé”, que seja entendido como um sistema regional de povoamento. Também penso não ser correto aglutinar tupis e guaranis pré-coloniais (no plural, como qualquer outro gentílico da língua portuguesa) sob o estranho rótulo “tupiguarani” (sem hífen), como se a cerâmica arqueológica pudesse ser um fator de fusão entre dois povos. A arqueologia não deve, simplesmente, preocupar-se com a organização e o agrupamento de cacos. Que algumas soluções tenham sido válidas em alguns momentos é aceitável. Todavia, não há por que insistir em mantê-las nos dias de hoje.

Então, discorrerei superficialmente a respeito dos sistemas regionais de povoamento pré-colonial da Região Sudeste. Certamente minha base operacional será o que existe a respeito das grandes “tradições” arqueológicas (como afirmei anteriormente, há algo a ser louvado em termos dessa organização e, embora percorra este caminho, não estarei simplesmente substituindo o termo “tradição” por “sistema regional de povoamento”). Antes, porém, tomarei a liberdade de lembrar alguns conceitos básicos da disciplina arqueológica que têm fundamentado os preceitos da arqueologia regional, tais como *análise espacial*, *padrão de assentamento*, *sistema regional de povoamento* e *sistema local de sítios arqueológicos*.

A *análise espacial* tem seu nicho na geografia moderna e seu ponto de partida tem sido o uso de mapas de distribuição de sítios ou de artefatos, associado ao exercício de rigorosas técnicas matemáticas e estatísticas (Chorley e Haggett 1974, 1975a, 1975b; Hodder 1976, Clarke 1977). Muito a gosto da corrente processualista, resulta no reconhecimento sistemático dos padrões espaciais dos dados arqueológicos.

Padrão de assentamento é a distribuição de sítios arqueológicos em determinada área geográfica, refletindo as relações das comunidades do passado com o meio ambiente e as relações entre elas próprias no seu contexto ambiental (Yoffee e Sherratt 1997). Estratégias de subsistência, estruturas políticas e sociais e densidade da população

foram alguns dos fatores que influenciaram a distribuição do povoamento, desenhando os padrões de assentamento.

A coordenação entre sítios ou conjuntos de sítios de certa região, demonstrando relações concomitantes por contemporaneidade, similaridade ou complementaridade, define um *sistema regional de povoamento*. Por exemplo, um conjunto de sítios de caçadores-coletores que, embora bastante espalhado geograficamente, mantém alguma coesão. O conjunto de sítios coordenados pela proximidade de um fator comum, de qualquer natureza, constitui um *sistema local de sítios arqueológicos*. Por exemplo, o conjunto de sítios de caçadores-coletores e de agricultores, cujas comunidades utilizaram a mesma fonte de matéria-prima para suas indústrias líticas (Morais 1999).

SISTEMAS REGIONAIS DE CAÇADORES-COLETORES

A partir deste ponto, proponho uma descomprometida síntese do povoamento pré-colonial da Região Sudeste, arrematando o que considero os grandes sistemas regionais de povoamento. Selecionei, do universo de caçadores-coletores e de agricultores de subsistência, algumas situações e casos que considero importantes: ora são determinadas regiões (como é o caso de Lagoa Santa), ora são sistemas de povoamento, nos moldes antes delineados. Situações menores (em termos de tempo e de espaço), a despeito da eventual importância microrregional ou local, serão apenas ventiladas quando se fizer uma oportunidade.

LAGOA SANTA

A região de Lagoa Santa, no estado de Minas Gerais, contém as mais tradicionais estações arqueológicas do país. Com o passar do tempo, cedeu grande parte de seu

brilho à região de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí. Muito recentemente, todavia, o batismo de “Luzia” por Walter A. Neves recuperou, em parte, a vocação jornalística de Lagoa Santa. Desde as escavações pioneiras realizadas por Lund, passando por Hurt e por Mme. Emperaire, a região tem demonstrado boa combinação entre dados da megafauna e componentes pleistocênicos de ocupações humanas, o que lhe deu estatuto de antiguidade, em termos de arqueologia americana. Lá se encontram belos exemplos de grutas e abrigos com sinalações rupestres. Indústrias líticas também se encontram presentes, bem marcadas por raspadores e raspadeiras que são, segundo André Prous, os instrumentos retocados dominantes na região. O quartzo é a matéria-prima mais utilizada. No dizer de Prous, “[...] apesar das destruições, a região de Lagoa Santa conserva ainda alguns sítios intactos, mas é provável que pesquisas mais frutíferas tenham que ser realizadas agora em zonas menos expostas ao vandalismo” (1991:132). Prous e Fogaça (1999) oferecem uma boa síntese sobre as situações vigentes no território brasileiro na passagem do Pleistoceno para o Holoceno, enfatizando situações de Minas Gerais.

Os restos esqueléticos humanos de Lagoa Santa constituem um capítulo especial naquele contexto. Relativamente bem conservados no ambiente calcário, sua investigação vem ganhando corpo, reacendida pelas pesquisas internacionais que giram em torno de “Luzia”, seu remanescente fóssil mais famoso, que teria traços similares às populações da Austrália e da África. Tal postura muda bastante a cristalizada hegemonia mongolóide no que se refere ao povoamento das terras americanas que, em certo momento, talvez por volta de 12.500 anos antes do presente, tenha recebido levadas de ancestralidade australo-africana (Neves e Pucciarelli 1998).

RIO CLARO

A região de Rio Claro, no estado de São Paulo, que foi investigada por vários pes-

quisadores, principalmente Maria Beltrão, em 1964, contém o Sítio Alice Boër, ainda uma controvérsia, segundo alguns autores. Numa seqüência estratigráfica perturbada foram encontrados materiais líticos com técnica de fabricação aprimorada (Beltrão 1974). A datação de 14.200 anos antes do presente constitui o foco das controvérsias. Perez da Paz (1992) retoma alguns pontos sobre a região de Rio Claro, principalmente o que se refere à técnica de produção de objetos líticos.

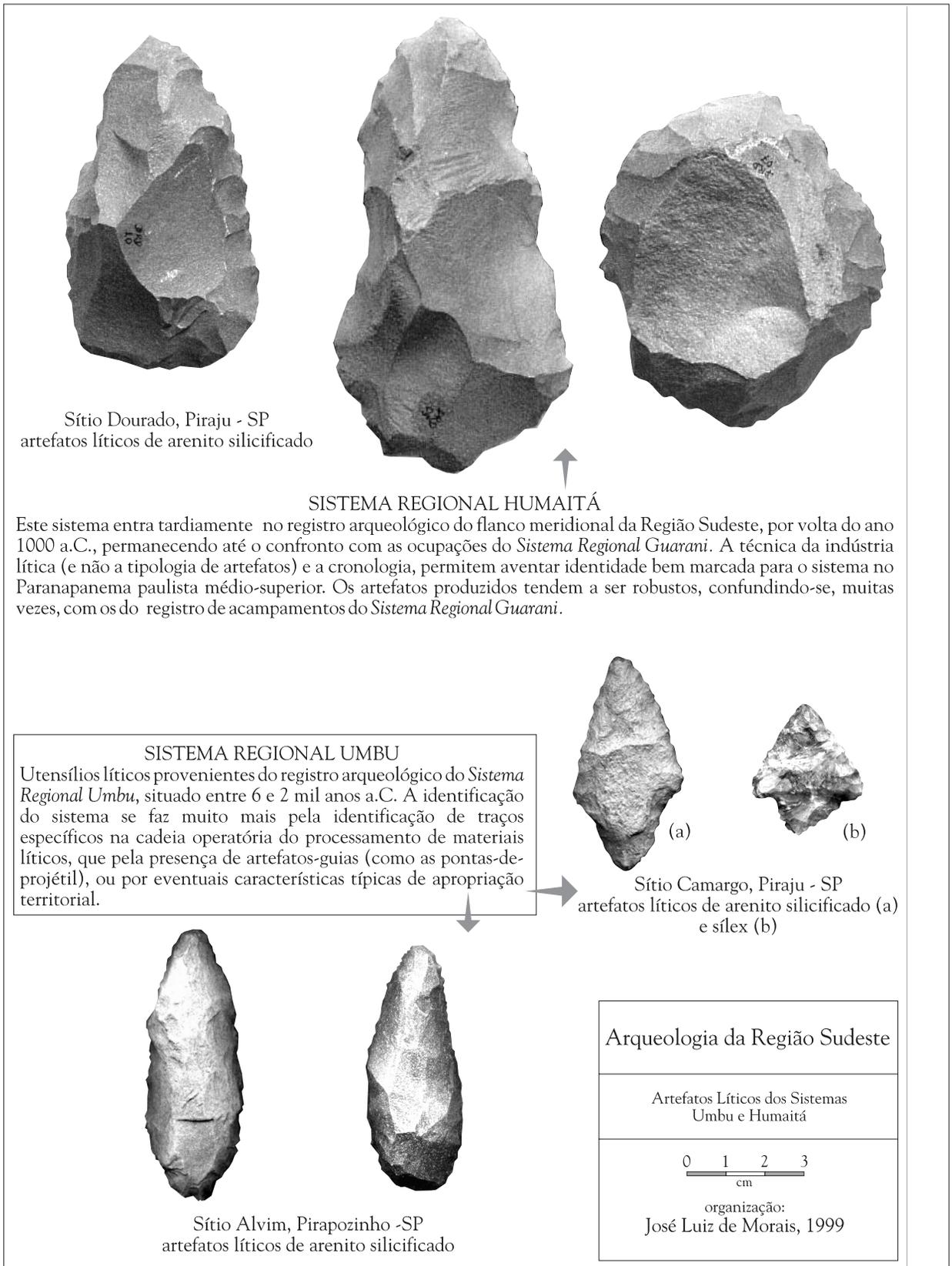
A INTERAÇÃO UMBU/HUMAITÁ NA REGIÃO SUDESTE

À vista dos dados arqueológicos recentes e da releitura dos resultados anteriores, reitero que o território paulista é “arqueologicamente” meridional, apesar de a organização regional brasileira, fundamentada em preceitos socioeconômicos atuais, tê-lo colocado na Região Sudeste. Assim, se existiram os episódios arqueológicos qualificados como “tradições do Sudeste”, pouco terão abrangido o território hoje paulista (Caldarelli 1983).

Caracterizar os caçadores-coletores do Sudeste em território paulista significa discutir duas “tradições” consolidadas na Região Sul, cujo correspondente povoamento talvez tenha avançado para o norte, até as vertentes do Rio Grande, um dos formadores do Rio Paraná. Falo dos umbus e humaitás, sobejamente descritos por arqueólogos gaúchos (Mentz Ribeiro 1999; Schmitz 1999). Na sua região nuclear, umbus e humaitás foram definidos e diferenciados basicamente por suas indústrias líticas (para se inteirar de discussões recentes acerca da crise das “tradições” meridionais, sugiro a leitura dos trabalhos de Hoeltz 1997 e Schmidt Dias 1994). Prefiro tratá-los como integrantes de *sistemas regionais de povoamento* que, segundo as datações absolutas disponíveis, estiveram no território paulista entre 6.000 a.C. e 450 d.C., aproximadamente (na área nuclear, este

FIGURA 2

SISTEMAS DE CAÇADORES-COLETORES DO FLANCO MERIDIONAL



perfil cronológico é bastante diferente). A partir dessa última data, nova ordem social e econômica foi imposta pelos guaranis. Assim se concretizou novo sistema regional baseado na agricultura de subsistência e na edificação de grandes aldeias, que perdurou até a conquista ibérica, nos primórdios do século XVI.

Volto aos sistemas regionais Umbu e Humaitá, presentes no flanco meridional da Região Sudeste (Figura 2). Separar dois sistemas em um mesmo território, com base no perfil de pedúnculos de pontas de projétil, perde sentido na medida em que se observa o conjunto das indústrias envolvidas sob a ótica da *cadeia operatória* e da sua ambiência. Assim, convém revisitar alguns parâmetros correlacionáveis com ambos os sistemas (definidos no território paulista):

Morfologia e função dos assentamentos: falo dos acampamentos com funções “habitacionais” ou onde se realizavam atividades mineratórias, que resultaram em sítios a céu aberto. A determinante para a escolha do sítio foi a fonte de matéria-prima, geralmente cascalheiras de litologia diversificada (sílex, quartzito, arenito silicificado) ou afloramentos de arenito silicificado (diques clásticos).

Materiais, técnicas e tipologia: os líticos constituem o traço característico de ambos os sistemas. O elemento separador de ambos, a partir do olhar sobre as indústrias líticas, é a técnica do processamento da matéria-prima, diagnosticável por meio da adoção do modelo “cadeia operatória”. Seria interessante pontuar um pouco do estudo da técnica, na abordagem das indústrias líticas: ela permeia pela leitura, análise e classificação de todos os objetos líticos que integram o encadeamento *massa inicial (matéria-prima) / talhe / debitagem / retoque / artefato (uso)*. A técnica lida com o processamento da matéria-prima. A tipologia classifica o artefato de acordo com a tecnomorfologia do retoque ou, ainda, quanto à apropriação de uma forma previamente concebida, a partir do talhe da massa primordial. Na análise das indústrias líticas, a tipologia sempre estará incluída no espectro maior, que é o *estudo da técnica*,

posto que depende de importantes pré-requisitos identificados ao longo da cadeia operatória de processamento dos materiais líticos. A *cadeia operatória* é constituída pelos diferentes estágios da produção de um artefato lítico, desde a aquisição da matéria-prima (umbus e humaitás do flanco meridional da Região Sudeste coletavam matérias-primas nos mesmos locais), a técnica da sua produção (aí residem diferenças entre umbus e humaitás), o seu uso e, finalmente, o abandono do objeto. Ao se reconstituir a seqüência operacional, serão reconhecidas as escolhas feitas pelo artesão: sua recorrência permite a caracterização das técnicas tradicionais de determinado grupo social. De fato, a cultura está expressa nas escolhas que são feitas na seqüência operacional identificada.

A *técnica* de processamento da indústria lítica abrange a *redução primária* e a *redução secundária*. A primeira engloba os procedimentos necessários para transformar um bloco ou um seixo em núcleo: a escolha de um percutor duro e pesado, o preparo dos planos de percussão, a percussão direta ou indireta, a escolha de uma bigorna (no caso da percussão indireta). A *redução primária* conta com o concurso de *percutor, bloco e gesto*. O produto é o *núcleo*, fonte de suportes para a fabricação posterior de artefatos. As lascas preparatórias do núcleo são *resíduos* potencialmente descartáveis. No Sistema Regional Umbu eram produzidos núcleos pequenos, dos quais se retiravam lascas gráceis para a produção de artefatos leves. No Sistema Regional Humaitá eram produzidos núcleos robustos, lapidados para se transformarem no próprio objeto. Grandes lascas preparatórias do núcleo eram retocadas (retiradas profundas, amplas) para a produção de artefatos mais pesados.

A *redução secundária* engloba a produção de suportes de artefatos, o que inclui as *lascas* (lâminas e lamelas são lascas, genericamente). A escolha de percutores menos robustos (duros ou macios) insere-se no âmbito desta etapa, bem como as técnicas de percussão direta e indireta. A *redução secundária* conta com o concurso de *percutor*,

núcleo e gesto. Os produtos são *lascas, lâminas e lamelas*, potencialmente suportes para a confecção de *artefatos retocados*. No Sistema Regional Umbu da Região Sudeste eram produzidas lascas, lâminas e lamelas como suporte para artefatos bifaciais ou unifaciais de pequeno porte, leves. No Sistema Regional Humaitá eram produzidas lascas e lâminas robustas para a fabricação de artefatos maiores, mais pesados.

A *tipologia de artefatos*, atitude classificatória, mais afeita aos procedimentos arqueográficos, cabe em uma pequena porcentagem dos objetos resgatados do registro arqueológico, constituindo a etapa final do processo de leitura sistemática do conjunto de documentos líticos. Artefatos eram feitos para algum uso e, portanto, restarão poucos no registro, principalmente as pontas-de-projétil usadas na caça. A maior quantidade de objetos líticos corresponderá aos resíduos do processamento da matéria-prima (Morais 1983).

Veza por outra são confundidos, pela ausência de cerâmica, acampamentos do Sistema Regional Humaitá com acampamentos do Sistema Regional Guarani, em função de semelhanças nas técnicas de produção de artefatos líticos. No Paranapanema médio-superior, não longe dos limites com a Região Sul, os estratos *I* (aldeia do ano 1450 d.C.) e *II* (acampamento do ano 920 d.C.) do Sítio Camargo integram-se no Sistema Regional Guarani. O *estrato III* (acampamento do ano 110 a.C.) integra-se no Sistema Regional Humaitá. O *estrato IV* (acampamento do ano 2700 a.C.) integra-se no Sistema Regional Umbu. Todos os estratos estão vinculados à presença de importantes ocorrências de arenito silicificado, quer na forma de diques clásticos aflorantes ou de cascalheiras. No vizinho Sítio Camargo 3, misturam-se evidências de lascamento dos três sistemas sobre piso basáltico com abundantes diques e escórias de arenito silicificado.

Hidrografia e topografia: há ocorrências de acampamentos dos sistemas Umbu e Humaitá tanto nas grandes ou pequenas calhas fluviais, como em colinas, colos e platôs mais interiorizados, distribuídos por

várias cotas altimétricas.

Geologia e geomorfologia: os acampamentos de ambos os sistemas tendem a se localizar junto a afloramentos ou depósitos de matérias-primas aptas para o lascamento.

Fitoecologia: a territorialidade dos sistemas Umbu e Humaitá, no espaço geográfico da Região Sudeste, dependeu menos das adaptações ambientais que do distanciamento das áreas nucleares situadas mais na Região Sul. Ambos se alternaram nos mesmos locais, como comprovam os vários sítios multicomponenciais das bacias do Paranapanema e do Tietê. Ao que parece, a expansão do Sistema Regional Umbu teria alcançado antes o Paranapanema, ultrapassando-o até as vertentes setentrionais da bacia do Tietê. O Sistema Regional Humaitá teria vindo logo depois, não ultrapassando as vertentes setentrionais do Paranapanema. Os pequenos ciclos de climas quentes e localmente mais secos, ocorrentes entre 3050 e 2050 a.C. (Ab'Sáber 1989), talvez tenham refreado a expansão umbu para o norte.

Parâmetros locacionais: os sítios dos sistemas Umbu e Humaitá podem ser encontrados indistintamente em terraços, patamares de vertentes, cabeceiras de nascentes e topos de interflúvios (parâmetros locacionais ligados à *função morar*, no modelo preditivo). Quase sempre estão associados a cascalheiras, diques clásticos ou pavimentos detríticos (locais de extração mineral para a indústria lítica) e corredeiras, cachoeiras ou saltos (locais de apanha de peixes migratórios).

SISTEMAS REGIONAIS DE AGRICULTORES PRÉ-COLONIAIS

Antes de mais nada, hoje abomino a expressão “horticultor” para qualificar as sociedades pré-coloniais brasileiras (ou americanas) que praticavam a agricultura, exatamente por concordar com as acepções de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1983): *horticultor é pessoa que se dedica*

à horticultura e esta é a arte de cultivar hortas e jardins. Não é o caso dos indígenas americanos que, muito eficientemente, praticaram o manejo da flora (transferindo espécies de um lugar para outro) e domesticaram algumas plantas que mudaram, definitivamente, o cardápio dos europeus. Nesse sentido, concordo plenamente com Irmhild Wüst (1999), que muito bem expõe esta questão, relativamente ao povoamento do Planalto Central: “A maioria dos relatos arqueológicos do Centro-Oeste brasileiro, ainda fortemente arraigados a um pensamento evolucionista, achatam a trajetória de pelo menos mil anos de uma vida agrícola dos moradores das grandes aldeias num estágio erroneamente rotulado de horticultores ou de agricultores incipientes” (Wüst 1999: 324).

Tratarei as comunidades plantadoras da Região Sudeste como “agricultores de subsistência”, posto que suas práticas agrícolas se desenvolviam na medida dos consumos familiares.

O DESMEMBRAMENTO DA “TRADIÇÃO” TUPIGUARANI

Na minha opinião, não foi boa a invenção do rótulo “tupiguarani” (sem hífen) para separar materiais arqueológicos de um lado e tupis + guaranis “etnográficos” (com hífen), de outro. Desculpem-me os pronapianos, mas jamais deveria haver preocupação no sentido de separar o que é arqueológico daquilo que é etnográfico, dando a impressão de que a arqueologia é a especialidade dos cacos e a etnologia, dos índios. Por outro lado, creio que tupis e guaranis devam ser considerados particularmente, dadas as especificidades de cada um (por exemplo, há de se considerar que, em termos de distribuição regional, os guaranis são povo da Bacia Platina).

Neste sentido, é interessante perceber que um modismo gaúcho (no melhor sentido da expressão), acabou por destacar o “componente” guarani da famosa tradição,

consolidando, de pronto, uma subtradição. Alguns mais drásticos acabaram por aventar algo definitivamente separado, a Tradição Guarani, que prefiro reconhecer como Sistema Regional Guarani, considerando que suas manifestações podem ser agregadas em vasto arranjo territorial, de fato um inteligente sistema de uso e ocupação do solo. Quanto à contraparte, ao que parece, o “componente” tupi da antiga tradição tende a se consolidar pelas bandas do litoral, com o nome de Tradição Tupinambá.

Agrada-me sobremaneira abordar a saga guarani. Indígenas da região do Prata, os guaranis foram subjugados pelos conquistadores ibéricos no século XVI (eles, por sua vez, já haviam exercitado feitos de conquista sobre outros povos, como os humaitás, por volta de 700/800 d. C.). A arqueologia guarani da Região Sudeste começou com Luciana Pallestrini, por meio do Projeto Paranapanema, quando foram evidenciadas e cartografadas grandes aldeias guaranis pré-históricas, datadas em mil anos antes do presente, nos idos de 1968 (de fato, uma atitude pioneira, em termos de levantamento de sítios arqueológicos).

Os traços mais importantes do registro arqueológico das aldeias guaranis são as urnas funerárias de cerâmica para enterramentos primários e os núcleos de solo antropogênico (conhecidos também por “manchas de terra-preta”). Estes, de fato, correspondem aos remanescentes de cada solo de habitação e respectivo cinturão envoltório. As casas-grandes guaranis (*tapy’ iguassu’*) foram primeiramente observadas nas escavações do Sítio Fonseca, município de Itapeva, e do Sítio Jango Luís, município de Campina do Monte Alegre (ambos no estado de São Paulo). O conjunto de núcleos de solo antropogênico, entendidos como remanescentes de uma aldeia, forma um único sítio arqueológico. À época (final dos anos 60), os mapeamentos efetuados pelas ações do Projeto Paranapanema garantiram a unicidade da aldeia guarani pré-histórica, contrariando os ditames dos pronapianos, que postulavam para cada núcleo de solo antropogênico o estatuto de um *sítio-habitação*.

Neste momento pontuarei uma profícu interface entre a arqueologia e a etnologia, instigado pelos escritos de Egon Schaden (1974), relativos a aldeia guarani:

“[...] portadores de cultura característica da região florestal, em que as atividades de subsistência incluem as lides da caça em combinação com o amanho da terra, os guarani se estabelecem, sempre que possível, no seio da mata, evitando a paisagem aberta dos campos. As suas aldeias, longe de constituírem conglomerados compactos de habitações, consistem em casas isoladas, mais ou menos distantes umas das outras, espalhando-se por áreas abertas na floresta” (p. 25).

De fato, o registro arqueológico demonstra muito bem esta situação etnográfica: os núcleos de solo antropogênico espalham-se por grandes extensões de terreno (no passado ocuparam grandes clareiras no interior da mata, ligadas por rede de trilhas vicinais); as urnas funerárias, sempre fora dos núcleos de solo antropogênico, corresponderiam ao sepultamento no seio da mata.

Conhecida por *tapy' iguassu'* (cabana grande) ou *o'ga djekutu'* (casa fincada), a habitação da família extensa guarani (entendida como unidade de produção, consumo e vida religiosa) era suficientemente espaçosa para abrigar várias dezenas de pessoas (Schaden 1974). Tinha base quadrangular, com a própria cobertura descendo até o chão, formando frontões. A cumeeira não tinha suportes. Uma *tapy' iguassu'* tinha dezoito metros de comprimento por oito de largura, com os frontões e oitões cobertos de sapé (na realidade, eram quatro faces de cobertura fechando todos os lados, com a cumeeira estendendo-se no sentido norte-sul). As entradas eram três: uma para leste (principal, dando para o pátio) e duas secundárias, para o norte e para o sul.

Reitera Schaden que habitação guarani era uma construção sólida, resistente às intempéries por muitos anos, apesar de ser amarrada com cipós. Fazendo minhas as afirmações deste etnólogo, discordo enfaticamente de Pedro Ignácio Schmitz, que assim trata o mesmo assunto: “A construção

das casas era pobre e o conteúdo também... As aldeias não duravam mais do que alguns anos em um mesmo local porque a palha do telhado apodrecia rápido, o piso se enchia de lixo e os terrenos ao redor viravam capoeira imprestável” (Schmitz 1999: 287-8). É difícil acreditar que os guaranis, povo que consolidou um expressivo sistema regional de povoamento em tão vasto território, pudessem ter uma organização espacial tão precária em termos de habitação e de *design* de assentamento. Talvez o escrito de Schmitz seja mais adequado a certas situações pós-conquista européia, com os guaranis debandados, fugitivos e espoliados pelo poder colonial português e espanhol.

Mas volto à casa-grande guarani, reitereando duas das principais características arquitetônicas da *tapy' iguassu'*: cobertura e parede constituindo um único elemento e ausência de suportes para a linha central de cumeeira. De fato, nas escavações de núcleos de solo antropogênico das aldeias guaranis do Paranapanema pré-colonial, nunca encontramos (primeiramente Luciana Pallestrini e, posteriormente, eu mesmo) buracos de esteios centrais de sustentação do que seria a cumeeira da edificação.

A partir do século XVI, a máquina colonizadora das potências ibéricas vai desmontando irreversivelmente o sistema de povoamento guarani pelo território platino, drenado dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. O Tratado de la Capitulación y Partición del Mar Océano, assinado na cidade espanhola de Tordesilhas, dividira as terras americanas e seu conteúdo guarani entre Espanha e Portugal. Aquela, por meio dos jesuítas, viu nos índios excelente matéria-prima a ser cristianizada. O último, em conluio com as milícias bandeirantes, viu nos índios cristianizados competente mão-de-obra escrava para as plantações de cana-de-açúcar do litoral atlântico. À vista deste interesse divergente padeceram os guaranis: quando não mortos ou escravizados, tiveram que debandar mais para o interior do continente, deixando os sertões do alto Paraná um deserto de índios. Dois séculos depois, por volta de 1830, retornam os guaranis em migrações messiânicas para o les-

te, na procura da mítica *yvy marane'y*, a terra-sem-mal. Dessa vez encontraram novo oponente: posseiros que vinham em busca das terras devolutas do Paranapanema e do Tietê. De conflito em conflito, aldeados pelos padres capuchinhos, acabaram por ser colocados em reservas (em Araribá, próximo à cidade paulista de Bauru, por exemplo), onde seus descendentes permanecem até hoje (Figura 3).

SISTEMAS REGIONAIS LOCALIZADOS

Prous (1991) nos faz uma boa síntese do *Sistema Regional Aratu-Sapucaí*, trata-do enquanto uma das tradições arqueológicas regionais do Brasil Central, com inge-rências significativas pelo território do Sudeste. *Aratu-Sapucaí* decorre da “fusão” daquilo que foi identificado por Calderón (1969) na Bahia, por Dias (1978) em Minas Gerais e por Schmitz (1978) em Goiás. Assim, guardadas peculiaridades específicas, reconheço, nesta síntese, que as tradições Aratu, Sapucaí e Uru, sob um denominador comum, poderiam formar extenso sistema regional de povoamento de agricultores pré-coloniais. No dizer de Prous (1991), uma tradição de grandes aldeias lineares ou formando anéis concêntricos, ocupando extensas colinas no universo regional das chapadas, domínio de matas e cerrados. Grandes jarros cônicos, pratos e tigelas de base plana, além de vasilhas globulares e semiglobulares, compunham a tralha cerâmica das comunidades do sistema. Dentre os materiais líticos estão presentes no registro arqueológico lâminas de machado polidas, mós e mãos-de-mó, eventualmente machados semilunares, tembetás e lascas utilizadas.

Manifestações da chamada Tradição Una são pontuadas no noroeste de Minas Gerais (variedade “A”) e no vale do Paraíba mineiro-fluminense (variedade “B”), separadas pelo extenso *hinterland* Aratu-Sapucaí. O material lítico é abundante no registro arqueológico (lascas robustas, com retoques bifaciais, lâminas de machado

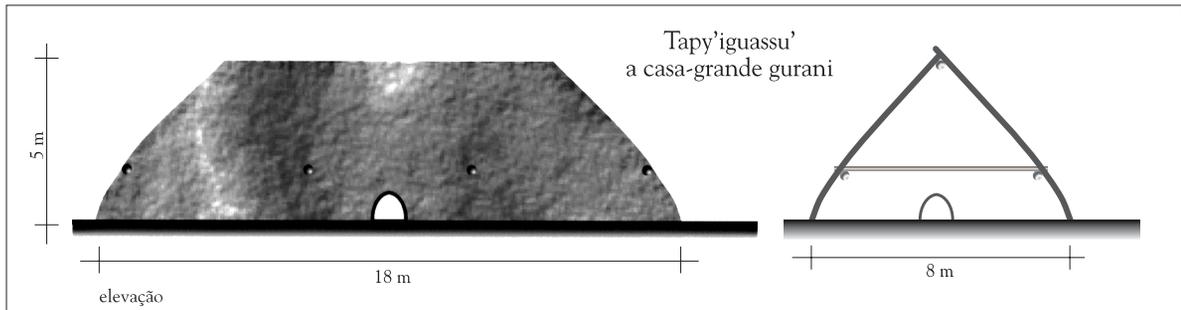
lascadas, raspadores, etc.). Vasos globulares e cônicos, potes com gargalo e tigelas rasas compõem a tralha cerâmica das comunidades entendidas como portadoras da Tradição Uma, talvez um outro sistema regional de povoamento com peculiaridades próprias.

Taquara-Itararé é outra “tradição” meridional que avança para o território da Região Sudeste. Aldeias a céu aberto e as conhecidas casas “subterrâneas” compõem um dos padrões de assentamento melhor conhecidos na arqueologia brasileira. Artefatos líticos e cerâmica (considerada o “traço diagnóstico da tradição”) são as evidências mais frequentes no registro arqueológico. Neste caso, considero instigante a postura de Tom O. Miller (citado por Prous 1991: 330) que, na reunião de Goiânia (1980), tentou correlacionar os vestígios cerâmicos da “tradição” Itararé, com grupos indígenas etnograficamente conhecidos, principalmente os kaingangs. Isto me faz pensar que, de fato, não há razão (arqueológica ou etnográfica) para rotular culturas sobejamente conhecidas com a toponímia hidrográfica. Assim, particularmente entendo esta “tradição” arqueológica como o Sistema Regional Kaingang que marcou fortemente os sertões do Paranapanema em dois momentos: pré-histórico, competindo com os guaranis e, posteriormente, quando da retirada das comunidades jesuítico-guaranis do trecho médio-inferior da bacia (em outras palavras, o “deserto” humano que se estabeleceu nos sertões do Paranapanema, nos séculos XVII e XVIII, foi parcialmente ocupado pelos kaingangs, até a volta dos guaranis, em meados do século XIX, na procura da terra-sem-mal).

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO E REVISÃO

À vista da postura anteriormente colocada, tentei poupar o leitor (e a mim também) da leitura exaustiva concernente ao

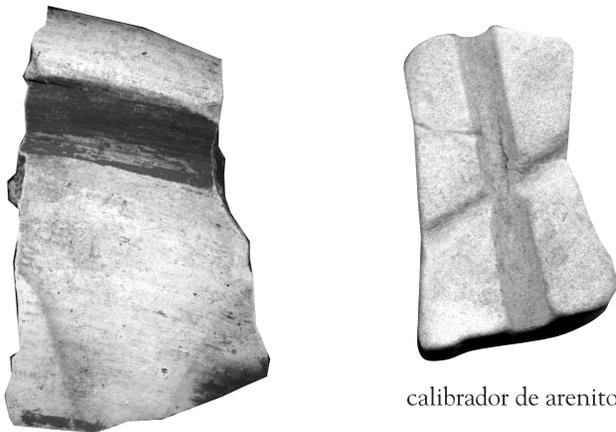
FIGURA 3
SISTEMA REGIONAL GUARANI



O povoamento guarani é o episódio indígena de maior significância para a comunidade do flanco meridional da Região Sudeste, com forte presença na toponímia regional. Piraju, um dos maiores centros de pesquisa arqueológica do estado de São Paulo, assim explica o significado do seu nome: *pira'yu'*, “peixe-dourado”, uma referência ao *salminus maxilosus*, bastante abundante nas águas do Paranapanema, o principal rio local. Mesmo o nome antigo, *Tijuco-Preto*, vem da corrupção de *teyque'pe'*, a boca do sertão (ou caminho da entrada). De fato, os guaranis marcam o registro arqueológico em dois momentos: na pré-história, quando ocuparam o interior, a partir de 750 d.C., e no século XIX quando, em hordas messiânicas, depararam com frentes de posseiros que vinham à procura das terras devolutas, nos primórdios da urbanização regional, no flanco sul. A tralha guarani pré-colonial, presente no registro arqueológico abrange utensílios de cerâmica (vários tipos de vasilhas e urnas funerárias), artefatos líticos lascados e polidos. Núcleos de solo antropogênico marcam o espaço da *tapy'iguassu'* (casa-grande) e seu cinturão envoltório. Vários sítios anteriormente atribuídos a caçadores-coletores (pela ausência de cerâmica) são, de fato, oficinas ou acampamentos guaranis. Ocasionalmente são encontrados materiais estranhos à tralha guarani no registro arqueológico dos seus sítios (lâminas de machado semi-lunares, de procedência kaingang, por exemplo).



Fragmentos de cerâmica pintada
 de sítios guaranis pré-coloniais do estado de São Paulo



calibrador de arenito

Arqueologia da Região Sudeste

Remanescentes do Registro Arqueológico

escalas: indicadas

organização:
 José Luiz de Morais, 1999

panorama arqueológico regional (embora não tenha conseguido deixar de assumir posturas algo críticas com relação à práxis arqueológica em vigor). É bem verdade que vez ou outra alguém pontua, com certa veemência, a existência de lacunas graves na arqueologia regional e nacional, mormente girando em torno da expressão “perda do bonde da história”, aplicada à discussão dos novos paradigmas da arqueologia (fala-se em atrasos da ordem de uma ou duas dezenas de anos!). Mas o fato é que a arqueologia brasileira existe e está aí criando e recriando o longo percurso das comunidades indígenas e da sociedade nacional, tentando consolidar uma cor local que promova sua melhor identificação no cenário internacional. Nesse sentido, talvez possamos digerir as “lacunas” como etapas (mal) queimadas, no momento em que somos atropelados pela frente “pós-pós-processualista”, na letra de Hodder:

“[...] *What is post postprocessual archaeology? One of the main reasons for using the term ‘post’ in postprocessual archaeology was that a diversity of views was to be espoused, with no singular and unified perspective imposed on the discipline. This emphasis on diversity has continued on into the 1990s. Even processual archaeology has seen its splits, as in the emergence of cognitive processual archaeology (Renfrew and Zubrow 1994) and neo Darwinian archaeology (e.g. Dunnell 1989). The end of grand narratives, regionalism and the embrace of multivocality are characteristics of archaeology in this period. There is greater personal choice and eclecticism in the putting together of theoretical positions*” (Hodder 1999: 5, grifo meu).

Exageros à parte, na oportunidade da virada do milênio, pensemos na definição de novos paradigmas para a arqueologia brasileira e para a sociedade que congrega os profissionais desta área (na falta de melhor termo, *mea culpa*, abuso do já desgastado “novos paradigmas”). Nesse sentido, minha contribuição prende-se à

definição e comentários preliminares acerca de algumas questões. São elas:

• *Discussão e consolidação de novos paradigmas, em consonância com a militância internacional.*

Certamente esta atitude deverá adquirir viés de abrangência nacional. Nesse sentido, há de se retomar, num viés crítico, as etapas “queimadas” (quer sejam o processualismo e o pós-processualismo). Na perspectiva da construção da teoria arqueológica, seria interessante recuperar tópicos relativos à abordagem sistêmica, atentando para as “condições de emergência das novas qualidades, que geralmente devem estar relacionadas com o arranjo de elementos, com a estrutura do sistema” (Christofoletti 1999: 4). Aliás, esse autor enfoca, nessa recente publicação, interessantes aspectos da recuperação da teoria sistêmica no âmbito das ciências ambientais, especialmente a geomorfologia. Coincidentemente com trabalho de minha autoria (Morais 1999), Antonio Christofoletti apela para a adoção da *perspectiva holística*, na acepção recuperada do termo. Utilizada por Jan Smuts em 1926, a expressão “holismo” foi gradativamente sufocada por idéias envolvendo o misticismo. Posteriormente resgatado, vem sendo utilizado em termos de componentes e relações internas de unidades inseridas em seus níveis hierárquicos. Resumidamente, representa a noção de totalidade. Vale a pena copiar novo trecho de Christofoletti, a este propósito:

“As contribuições explicitando propostas de abordagens holísticas na análise de sistemas ambientais são numerosas. Constituem referencial básico a nortear a conceitualização, estruturação, análise e avaliação dos sistemas em função das atividades de ensino, de pesquisa e de aplicabilidade, não importando em qual escala de grandeza espacial se deseja focalizar. As proposições também não se restringem apenas ao estudo dos componentes do sistema ambiental, mas procuram também tratar das interações entre sistemas ambientais e os sistemas sociais e econômi-

cos, em busca da compreensão do sistema de organização espacial e bases para as propostas de planejamento e desenvolvimento sustentável” (Christofoletti 1999: 45).

A concepção de geossistemas (Sotchava 1977), plenamente aplicável à arqueologia, também se enquadra no contexto das abordagens holísticas.

- *A consolidação da transdisciplinaridade e da interdisciplinaridade.*

Investigações científicas têm a função de estabelecer, dentre outros, alinhamentos direcionais que subsidiem a implementação de todos os procedimentos relativos às interfaces possíveis entre disciplinas afins. De fato, transpor fronteiras disciplinares aproximando, inclusive, a ciência e a tradição, pode ser definido como *transdisciplinaridade*.

Na busca da otimização de uma postura interdisciplinar e transdisciplinar, reitero o postulado de que os antigos cenários de ocupação humana poderão ser revivenciados pelo concurso das várias disciplinas inseridas no contexto das ciências humanas e sociais (especialmente a arqueologia, a história, a geografia humana, a etnologia, a antropologia e a sociologia), das ciências naturais (principalmente a geografia física, a geologia, a geomorfologia e a biologia) e das ciências exatas e tecnológicas (física, química, matemática, informática, dentre outras). Na arqueologia brasileira (e em algumas outras, também), a construção da interdisciplinaridade – *entendida como o máximo aproveitamento das potencialidades de intercomunicação entre duas ou mais disciplinas, no encalço de objetivos comuns* – tem sido encaminhada (com importantes exceções) de modo canhestro. Mormente faz parte de uma arqueografia *per se* ou, no ensejo de um rótulo “sistêmico”, apenas no nível do discurso (atitude igualmente claudicante pois desprovida daquela salutar plataforma proporcionada pela arqueografia classificatória e historicista).

Assim (com importantes exceções, reafirmo), a literatura arqueológica nacio-

nal tem contado apenas com exaustivas descrições morfológicas, seguidas de infundadas e desconexas afirmações funcionais, corroboradas por complexos exercícios estatísticos, tudo isso introduzido (como afirmado anteriormente) por desnecessários capítulos rotulados como “aspectos geográficos da área investigada” ou “geologia e geomorfologia da região” ou, ainda (acompanhando jargões mais atuais), de “aspectos ambientais da região pesquisada”. Isso contribuiu muito pouco para as reflexões concernentes às fontes de recursos culturais (no caso, o registro arqueológico), sem dizer aos importantes aspectos sociais das comunidades responsáveis por esse registro.

- *O desenvolvimento de linhas de pesquisa vinculadas à correlação arqueológica/ciências ambientais.*

Em recente trabalho (Morais 1999), acabei por salientar o que considero a importância do *fator geo* na pesquisa arqueológica. Trata-se, na realidade, de um foco de preocupações centrado no conjunto intersecção entre a arqueologia, a geografia, a geomorfologia e a geologia. O uso das *geotecnologias* (sistema de posicionamento global, sistemas de base de dados, sensoriamento remoto, sistemas de informações geo-referenciadas, modelagens digitais de terreno, etc.), pela natureza dos seus procedimentos, também se insere neste quadro.

O *fator geo* se distribui no âmbito de, pelo menos, dois subcampos bem consolidados da arqueologia: a *geoarqueologia* e a *arqueologia da paisagem*. No caso da geoarqueologia, percebemos uma identidade bem marcada, enquanto abordagem interdisciplinar. A arqueologia da paisagem tem se desdobrado em dois enfoques, pelo menos: um de inspiração norte-americana que tem centrado suas preocupações na *archaeology of ancient gardens*, na *archaeology of plantations*, etc., e outro, de inspiração européia, que se fundamenta exatamente na interface arqueologia/geografia. A adoção do *fator geo* pode colaborar vivamente na organização de um

modelo preditivo baseado na definição de parâmetros locais (percebidos em um modelo empírico), de extrema utilidade para o mapeamento de áreas potencialmente favoráveis para a localização de sítios arqueológicos.

• *Por uma aproximação com a etnologia.*

Quanto às relações interdisciplinares, o mesmo se aplica à etnologia. Não há por que inventar novos nomes, novos rótulos, principalmente quando se trata da abordagem das populações indígenas do passado recente. Por que Tradição Tupiguarani? Que tal pensarmos que, por detrás de cacos e mais cacos, está um cérebro, um comportamento humano. Vamos tentar entender os sistemas regionais de assentamento pré-coloniais, assim como entendemos os sistemas de assentamento rural e os sistemas urbanos, no âmbito da sociedade nacional. Então, por que não encarar um Sistema Regional Guarani e um Sistema Regional Tupinambá, desdobrando a “arqueológica” (e artificial) Tradição Tupiguarani? Não seria mais interessante assumir de vez a chamada Tradição Itararé (dita “regional”) como um Sistema Regional Kaingang, que se estende da pré-história até um passado recente?

No embalo da mudança, por que não me inspirar em José Proença Brochado (comunicação pessoal 1997) e propor justiça às populações indígenas que, cultivando a batata (dentre outros vegetais), mudaram os hábitos alimentares dos europeus? Por que chamá-los de horticultores (plantadores de hortaliças)? Seria pelo fato de não cultivarem espécies exóticas, nos moldes da agricultura comercial introduzida pelos conquistadores europeus? O justo é chamá-los, sim, de agricultores praticantes de uma agricultura de subsistência. E, ao que parece, também exercitaram, com sucesso, o manejo da floresta!

• *A elaboração de esquemas de planejamento e gestão patrimonial, com estímulo à participação coletiva.*

Está aí o que poderá ser chamado (com certa impropriedade) de *arqueologia pública*, bem a gosto dos pós-processualistas.

“Criar condições favoráveis para o estudo, a proteção e a divulgação do patrimônio arqueológico enquanto bem de uso especial, comum do povo brasileiro, colaborando para o desenvolvimento social das comunidades pelo incentivo à participação coletiva” é um princípio perfeitamente articulado com os melhores compromissos abordados pela *Agenda 21*, documento que norteia os pressupostos do uso sustentável dos recursos ambientais (incluam-se os “recursos” culturais, de natureza finita, caso do recurso arqueológico).

À vista disso, aproveito a oportunidade para pontuar dois aspectos: a) o uso sustentável do *registro arqueológico*, com a adoção de linhas de pesquisa que privilegiem o registro e a preservação dos bens arqueológicos *in situ* (a arqueologia da paisagem é uma boa direção), resgatando o melhor significado da expressão “levantamento arqueológico”, colocando-o em prática de modo bastante diferente daquele praticado há três ou quatro décadas; b) o planejamento e a implantação de esquemas de extroversão ou de devolução social dos dados adquiridos pela pesquisa (neste caso, a participação da museologia será imprescindível).

Para finalizar apresento algumas datações pontuais que sustentam a plataforma necessária para o estabelecimento da cronologia dos sistemas regionais de povoamento mencionados no texto. Foram selecionadas algumas datações que considero importantes para esta finalidade. Certamente a intenção não é apresentar um elenco exaustivo das datações obtidas pelas pesquisas em andamento na Região Sudeste ou, muito menos, alinhar as bases para a elaboração de gráficos a respeito da dispersão do povoamento pré-colonial pela região. À vista das considerações anteriores, seria muito difícil trabalhar apenas com os dados regionais. Como frisei anteriormente, as áreas nucleares dos sistemas regionais de assentamento, quase sem exceção, estão fora do Sudeste. Assim, creio que este quadro sinótico será melhor entendido em conjunto com os demais, correspondentes às outras regiões do Brasil.

CRONOLOGIA DOS SISTEMAS REGIONAIS DE ASSENTAMENTO
DA REGIÃO SUDESTE
LAGOA SANTA, SERRA DO CIPÓ E RIO CLARO

12.000 AP 9.870 AP 9.350 AP	Lapa do Boquete, MG indústrias líticas, artefatos de ossos e fogueiras	Prous e Fogaça 1999
11.960 AP	Santana do Riacho, MG carvão e lascas simples de cristal de rocha	Prous e Fogaça 1999
11.680 AP 10.200 AP	Lapa Vermelha IV, MG ossos humanos	Prous e Fogaça 1999
11.000 AP 10.000 AP	Lapa do Dragão indústrias líticas de quartzito (objetos unifaciais)	Prous et al. 1984 in Prous e Fogaça 1999
10.378 AP 9.720 AP	Cerca Grande, MG indústrias líticas de quartzito e restos humanos	Hurt e Blasi 1969 in Prous e Fogaça 1999
10.190 AP 8.620 AP	Lapa do Gentio II, MG enterramentos secundários	Schmitz 1987 in Prous e Fogaça 1999
14.200 AP 10.970 AP 10.950 AP	Sítio Alice Boër, SP indústrias líticas em sílex	Beltrão 1974 in Prous e Fogaça 1999

CRONOLOGIA DOS SISTEMAS REGIONAIS DE ASSENTAMENTO
DA REGIÃO SUDESTE

6.000 AP	Umbu; Paraíso, SP	Afonso (com. pessoal)
5.100 AP	Umbu; Caiuby, SP	Morais 1999
4.650 AP	Umbu; Camargo, SP	Morais 1999
3.490 AP	Una; Lapa do Gentio, MG	Prous 1991
2.600 AP	Uma; Lapa da Foice, MG	Prous 1991
2.200 AP	Guarani; Ary Carneiro, SP	Maranca (com. pessoal)
2.060 AP	Humaitá; Camargo, SP	Morais 1999
1.550 AP	Guarani; F.de Godoy, SP	Morais 1999
1.660 AP	Guarani; Ragil, SP	Faccio (com. pessoal)
1.620 AP	Aratu; Lapa Vermelha	Prous 1991
1.400 AP	Guarani; Três Lagoas, SP	Maranca (com. pessoal)
1.320 AP	Guarani; Kondo, SP	Maranca (com. pessoal)
1.250 AP	Umbu; B.da Serra, SP	De Blasis (com. pessoal)
1.230 AP	Guarani; J.Luís, SP	Morais 1999
1.093 AP	Guarani; Ragil 2, SP	Faccio (com. pessoal)
1.070 AP	Guarani; Trentin, SP	Maranca (com. pessoal)
1.040 AP	Guarani; Boa Esperança, SP	Maranca (com. pessoal)
1.030 AP	Guarani; Camargo, SP	Morais 1999
1.020 AP	Guarani; Alves, SP	Morais 1999
978 AP	Guarani; Alvim, SP	Kunzli (com. pessoal)
800 AP	Kaingang; B.do Turvo, SP	Afonso (com. pessoal)
755 AP	Guarani; Neves, SP	Faccio (com. pessoal)
595 AP	Kaingang; B.da Serra, SP	De Blasis (com. pessoal)
270 AP	Kaingang; T. de Pedra, SP	De Blasis (com. pessoal)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ab'Sáber, A. N. 1989 Páleo-Climas Quaternários e Pré-História da América Tropical. *Dédalo* (Publicação Avulsa): 9-25.
- Alves, M. A.; Tatume, S. H.; Vasconcellos, L. A. F.; Costa, A. A. E Momose, E. F. 1999 Horticultores ceramistas do Vale do Paranaíba, Minas Gerais: padrões de assentamento, estratigrafia, cultura material e cronologia. Trabalho apresentado na *X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Recife.
- Beltrão, M. C. M. C 1974 Datações arqueológicas mais antigas do Brasil. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 46(2): 211-51.
- Beltrão, M. 1978 *Pré-História do Estado do Rio de Janeiro*. Forense Universitária, Rio de Janeiro.
- Caldarelli, S. B. 1983 Lições da Pedra. Aspectos da ocupação pré-histórica no médio vale do Rio Tietê. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Calderón, V. 1969 A fase Aratu no Recôncavo e litoral norte do Estado da Bahia. In: Simões, M. (ed.), *Pronapa – Resultados Preliminares do Terceiro Ano*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.
- Chmyz, I. 1974 Dados arqueológicos do baixo Rio Paranapanema e do alto Rio Paraná. In: Simões, M. (ed.), *Pronapa – Resultados Preliminares do Quinto Ano*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.
- Chorley, R. J. e Haggett, P. 1974 *Modelos integrados em Geografia*. Edusp, São Paulo.
- Chorley, R. J. e Haggett, P. 1975a *Modelos sócio-econômicos em Geografia*. Edusp, São Paulo.
- Chorley, R. J. e Haggett, P. 1975b *Modelos físicos e de informação em Geografia*. Edusp, São Paulo.
- Christofoletti, A. 1999 *Modelagem de Sistemas Ambientais*. Edgard Blücher, São Paulo.
- Clarke, D. L 1977 *Spatial Archaeology*. Academic Press, London.
- Cunha, S. B. C.; Guerra, A. J. T. 1998 *Geomorfologia do Brasil*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Dias Jr., O. 1978 A evolução da cultura em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. *Anuário de Divulgação Científica do IGPA*, 1976/77: 112-30, Goiânia.
- Ferreira, A. B. H. 1983 *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Nacional, Rio de Janeiro.
- Fundação IBGE 1977 *Geografia do Brasil. Região Sudeste, Volume 3*. Fundação IBGE, Rio de Janeiro.
- Gaspar, M. D. 1997 A Pré-História do Estado do Rio de Janeiro: sistemas sociais identificados até a chegada dos europeus. *Boletim do Museu Nacional, Antropologia*, 60: 1-22.
- Hodder, I. 1976 *Spatial Analysis in Archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge.
- _____. 1999 *The Archaeological Process. An Introduction*. Blackwell Publishers, New York.
- Hoeltz, S. E. 1997 *Artesãos e artefatos pré-históricos do vale do Rio Pardo*. Edunisc, Santa Cruz do Sul.
- Kern, A. A. 1981 Le pré-céramique du Plateau Sud-Brésilien. Tese de Doutorado, EHESS, Paris.
- Kneip, L. M. 1977 Pescadores e coletores pré-históricos do Litoral de Cabo Frio, Rio de Janeiro. *Coleção Museu Paulista, Arqueologia 5*. Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, São Paulo.
- Mentz Ribeiro, P. A. 1999 Os mais antigos caçadores-coletores do sul do Brasil. In: Tenório, M.C. (ed.), *Pré-História da Terra Brasilis*, p. 75-88. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Morais, J. L. 1983 A utilização dos afloramentos litológicos pelo homem pré-histórico brasileiro: análise do tratamento da matéria-prima. *Coleção Museu Paulista, Arqueologia 7*. Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, São Paulo.
- _____. 1999 *Perspectivas Geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista*. Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Neves, W. A. e Pucciarelli, H. M. 1998 The Zhoukoudian Upper Cave skull 101 as seen from the Americas. *Journal of Human Evolution*, 34: 219-22.
- Perez da Paz, R. A. 1992 A ocupação dos terraços fluviais do Baixo Passa-Cinco: arqueologia experimental. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Prous, A. 1991 *Arqueologia Brasileira*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília.
- Prous, A. e Fogaça, E. 1999 Archaeology of the Pleistocene-Holocene Boundary in Brazil. *Quaternary International*, 53-54: 21-41.
- Schaden, E. 1974 *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. EPU-Edusp, São Paulo.

- Schmidt Dias, A. 1994 Repensando a Tradição Umbu a partir de um estudo de caso. Dissertação de Mestrado, IFCH-PUCRS, Porto Alegre.
- Schmitz, P. I. 1978 Arqueologia de Goiás: seqüência cultural e datações de C14. *Anuário de Divulgação Científica do IGPA*, 3-4: 1-20, Goiânia.
- _____. 1999 A Questão do Paleoíndio. In: Tenório, M.C. (ed.), *Pré-História da Terra Brasilis*, pp. 55-9. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- _____. 1999 O Guarani: História e Pré-História. In: Tenório, M. C. (ed.), *Pré-História da Terra Brasilis*, pp. 285-90. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Sotchava, V. B. 1977 O estudo de geossistemas. *Métodos em Questão* 16. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Yoffee, N. e Sherratt, A. (ed.). 1997 *Archaeological Theory: who sets the agenda?* Cambridge University Press, Cambridge.
-